

## ASPECTOS POLÍTICOS E EDUCACIONAIS DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Andressa Teixeira Pedrosa* (UENF)

[andressa.pedrosa@gmail.com](mailto:andressa.pedrosa@gmail.com)

*Monique Teixeira Crisóstomo* (UENF)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)

[elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre os aspectos políticos e educacionais que envolvem o livro didático de língua portuguesa. Para isso, fizemos algumas considerações sobre o manual didático, traçando um breve histórico sobre os manuais didáticos, as políticas que embasam o Programa Nacional do Livro Didático; fizemos, também, algumas considerações sobre este material, como se dava seu uso antigamente e hoje; elencamos algumas vantagens e desvantagens para se trabalhar com o livro didático de língua portuguesa. Para a realização desta pesquisa, utilizamos os pressupostos teóricos dos estudos sobre os livros didáticos, valendo-se dos seguintes teóricos: Freitag (1987), Cassiano (2007), Batista e Rojo (2003), Silva (2011), dentre outros.

**Palavras-chave:** Livro didático. Língua portuguesa. Política educacional. Ensino.

### 1. *Considerações iniciais*

Apesar dos vários avanços tecnológicos sofridos em uma sociedade moderna, o livro didático ainda continua sendo o instrumento mais importante na prática pedagógica da sala de aula. Dessa forma, esse material acaba por legitimar o ensino e por disseminar o conteúdo por ele abordado como único e verdadeiro.

A partir de várias indagações surgidas ao longo da prática docente, houve uma necessidade de se abordarem questões que levam a uma reflexão sobre o livro didático, principalmente o de língua portuguesa, e como se dá a sua adoção e utilização em escolas públicas.

Para isto, discutiremos aspectos referentes ao livro didático. Em um primeiro momento, faremos um breve histórico sobre o livro didático. Em seguida, discutiremos sobre a Política do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Posteriormente, serão realizadas algumas considerações sobre o livro didático de língua portuguesa; faremos uma comparação entre o livro didático de língua portuguesa do passado e o atual e traçaremos algumas vantagens e desvantagens em seu utilizar os manuais

didáticos.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos os pressupostos teóricos dos estudos sobre os livros didáticos e as políticas que envolvemos manuais, valendo-se dos seguintes teóricos: Freitag (1987), Cassiano (2007), Batista e Rojo (2003), Silva (2011), dentre outros.

## **2. Breve histórico do livro didático**

A trajetória do livro didático não possui uma história própria e bem definida no Brasil. O estudo sobre os manuais didáticos também não pode ser desvinculado do contexto da educação brasileira, focalizando somente o livro.

Segundo Freitag (1987, p. 5),

Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas etc.). Essa história da seriação de leis e decretos somente passa a ter sentido, quando interpretada à luz das mudanças estruturais como um todo, ocorridas na sociedade brasileira, desde o Estado Novo até a Nova República.

O livro didático no Brasil surge como decorrência da Revolução de 1930, e é a partir de 1937 que surgem as primeiras proposições do Estado Novo para a distribuição de obras com fins educacionais, levando à criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Esse Instituto pertencia ao MEC e foi subdividido em outros órgãos menores com a finalidade de “planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição do livro didático” (FREITAG, 1987, p. 6).

O conceito de livro didático surge pela primeira vez em 1938, com o Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro, que tinha por finalidade estabelecer as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Tal definição encontra-se da seguinte forma, no Decreto-lei em questão:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Assim, passariam a necessitar de autorização prévia do Ministério da Educação para serem adotados em todas as escolas do país, exceto os de nível superior.

No mesmo Decreto-Lei – Art. 9º –, fica estabelecida, também, a criação de uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), composta por sete pessoas, que posteriormente passa a quinze, com preparo pedagógico e de valor moral, escolhidas pelo Presidente da República. Porém, não havia especificados os quesitos que definiriam o que comporia tal preparo pedagógico e valor moral. Dessa maneira, cabia à Comissão:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Vimos, pois, que a criação da CNLD possui caráter político e ideológico, deixando de privilegiar a função pedagógica, uma vez que sua função é controlar os saberes que o governo julga correto ensinar. Assim, segundo Hallewel (*apud* CASSIANO, 2007, p. 19),

Essa comissão surgiu porque o Governo Vargas estava cada vez mais preocupado em controlar o conteúdo dos livros escolares, apesar disso o objetivo declarado dessa comissão foi apontado como um meio de evitar impropriedades e inexatidões factuais, nos livros didáticos.

Na década de 60, é criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), uma parceria entre o governo brasileiro e o americano – MEC/USAID –, com o intuito de disponibilizar gratuitamente mais de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros em um período de três anos. Porém, críticos da educação brasileira apontaram esta parceira como uma forma de o poder americano influenciar de forma ideológica no mercado do livro didático do Brasil, refletindo no processo educacional, uma vez que os Estados Unidos definiriam os detalhes mais importantes da obra como ilustração, elaboração e distribuição (FREITAG, 1987).

A COLTED tem seu fim em 1971, com a criação Programa do Livro Didático (PLID), conforme Decreto 68.728, de 08/06/71. Ainda em 1971, é criado o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), pelo Instituto Nacional do Livro (INL), e em 1976, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), após a extinção do INL no mesmo ano.

A partir de 1980, são criados o PLIDEM (Programa do Livro Didático – Ensino Médio) e PLIDESU (Programa do Livro Didático – Ensino Supletivo), com o objetivo de "colaborar no desempenho da política governamental e cultural do país, dando assistência ao alunado carente de recursos financeiros" (MEC/FENAME: PLIDEF – Programa do Livro Didático, Brasília, 1980, p. 1). No ano de 1983, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o intuito de promover programas assistenciais aos estudantes para auxiliar o processo pedagógico.

Em 1985, foi criado o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) – a partir do Decreto nº 9.154, de 19 de agosto – com o objetivo de estabelecer parâmetros para a avaliação e escolha dos manuais didáticos.

Segundo Batista e Rojo (2003, p. 66), o PNLD trouxe expressivas mudanças para o cenário das políticas do Livro didático:

- indicação do livro didático pelos professores;
- reutilização do livro, implicando na abolição do descartável, e aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando à maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- extensão da oferta aos alunos da 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias.

No entanto, foi a partir de 1997 que o Programa foi ampliado e que as políticas do livro didático começaram a ser representadas pelo PNLD e financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No mesmo ano, o MEC começa a distribuir livros de alfabetização, ciências, estudos sociais – história e geografia –, matemática e língua portuguesa para todos os anos do ensino fundamental.

No ano de 2003, o governo federal beneficiou 1,3 milhões de educandos com a criação do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e a distribuição dos manuais didáticos para as três séries do ensino médio, distribuindo livros de português e matemática e, em 2009, os de geografia e história.

Gradativamente o PNLD, através do FNDE, ampliou seu campo

de atuação, distribuindo dicionários de língua portuguesa, livros em braile para os deficientes visuais e dicionários trilingües em libras, com ilustrações para os alunos deficientes auditivos.

### **3. A política do Programa Nacional do Livro Didático**

O Plano Nacional do Livro Didático – PNLD – é uma ação do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1985 e que começa a vigorar a partir de 1995, com a finalidade de avaliar, comprar e distribuir livros didáticos gratuitos para todos os alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino. No entanto, os estados de São Paulo e Minas Gerais executaram o PNLD de forma descentralizada, sendo São Paulo de 1996 a 2005 e Minas Gerais por um período menor, de 1995 a 1999 (CASSIANO, 2007).

No ano de 1996, o Ministério da Educação, que antes se preocupava mais com a aquisição e distribuição gratuita dos livros didáticos, cria medidas para avaliar o livro escolar. Assim, segundo Batista & Rojo (2003, p. 27),

Em nenhum momento o Ministério vinha se propondo, direta e sistematicamente, a discutir a qualidade e a correção dos livros que adquiria e que buscava fazer chegar às mãos dos alunos e professores das escolas públicas do Ensino Fundamental.

A falta de tais avaliações eram expostas por críticos que avaliavam o manual didático na década de 1960, denunciando os seguintes critérios:

Seu caráter ideológico e discriminatório, sua desatualização, suas incorreções conceituais e suas influências metodológicas vinham mostrando, também, que esses livros, muitas vezes de baixa qualidade, terminavam por constituir, para parte significativa da escola brasileira, o principal impresso utilizado por professores e alunos (BATISTA & ROJO, 2003, p. 28).

Desse modo, o livro era visto como fonte praticamente única e legítima de aquisição de conhecimento, para o trabalho pedagógico, e o principal objeto, senão o único, de se trabalharem os conteúdos escolares.

A partir de 1993, o MEC oferece capacitação aos professores, a fim de adquirirem mais preparo para escolher o livro didático a ser utilizado na sala de aula. Neste mesmo ano, é criada também uma comissão especializada com as seguintes funções: avaliar a qualidade dos livros mais solicitados ao Ministério e estabelecer critérios gerais para a avaliação das novas aquisições (BATISTA & ROJO, 2003, p. 29). A avaliação

feita por tal Comissão mostra as principais inadequações contidas nos manuais didáticos utilizados. Assim, o MEC criou outras comissões por áreas de conhecimento, com o intuito de avaliar mais detalhadamente os livros de cada disciplina.

As repercussões das análises realizadas pela comissão só se deram a partir de 1996, quando o MEC estabelece como obrigatórias as avaliações de tais livros para o PNLD. Os resultados dessas avaliações começaram, portanto, a ser publicados a partir do mesmo ano, sendo analisados os livros de português, matemática, ciências e estudos sociais dos anos iniciais do ensino fundamental, que formariam o PNLD de 1997. De acordo com esta análise, os livros se enquadrariam nas seguintes categorias:

- excluídos – categoria composta de livros que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceitos ou discriminações de qualquer tipo;
- não recomendados – categoria constituída pelos manuais nos quais a dimensão conceitual se apresentasse com insuficiência, sendo encontradas impropriedades que comprometessem significativamente sua eficácia didático-pedagógica;
- recomendados com ressalva – categoria composta por aqueles livros que possuísem qualidades mínimas que justificassem sua recomendação, embora apresentassem, também, problemas que, entretanto, se levados em conta pelo professor, poderiam não comprometer sua eficácia, e, por fim,
- recomendados – categoria constituída por livros que cumprissem corretamente sua função, atendendo, satisfatoriamente, não só a todos os princípios comuns e específicos como também aos critérios mais relevantes da área (BATISTA & ROJO, 2003, p. 31).

Desse modo, após as avaliações, os resultados dos livros inscritos no PNLD de 1997 foram divulgados para as editoras, autores, alunos, professores e é incorporado ao PNLD, pela primeira vez, o Guia de Livros Didáticos, com a finalidade de apresentar aos professores os livros recomendados pelo MEC a serem adotados e qual teria mais proximidade da realidade de sua sala de aula. Para o PNLD de 1998, foi incluída uma quinta categoria, a dos recomendados com distinção, que seriam livros merecedores de destaque devido a propostas pedagógicas criativas, instigantes, e que se enquadrassem nos parâmetros exigidos pelo MEC. Para melhorar o processo de escolha, o Ministério da Educação passou a publicar nos Guias resenhas dos livros recomendados com distinção e recomendados (com ou sem ressalvas) e, no final do catálogo, listou os não recomendados.

Os livros do segundo segmento do Ensino Fundamental, antes denominado como 5ª a 8ª séries, foram avaliados pelo PNLD de 1999, em que foi eliminada a categoria dos não recomendados.

Em 2000, é incluída para o PNLD de 2001 a distribuição de dicionários de língua portuguesa para alunos do primeiro segmento do ensino fundamental.

Em 2002, o PNLD passa a distribuir livros didáticos em braille para estudantes com deficiência visual do ensino regular de escolas públicas. Em 2004, por meio da Resolução nº 40, de 24/08/2004, ficou instituído:

Art. 1º Prover as escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como as escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, definidas no Censo Escolar, que prestem atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, com livros didáticos de qualidade, abrangendo os componentes curriculares de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2004, p.2).

Em 2003, é criado o PNLD do ensino médio, distribuindo livros de língua portuguesa e matemática a todos os alunos de turmas regulares da rede pública de ensino.

Para o PNLD de 2004, o MEC passaria a distribuir dicionários de língua portuguesa a todos os alunos do ensino fundamental e atlas geográfico aos alunos do segundo segmento e EJA.

Em 2007, o PNLDem passa a distribuir livros para alunos de turmas regulares, de geografia, história e química. Foram doados, também, dicionários trilingües de português, inglês e libras para alunos surdos das escolas de ensino fundamental e médio. Para os educandos portadores de necessidade auditiva, foram oferecidas cartilhas e livros de língua portuguesa em libras e em CD-ROM.

Em 2009, o MEC, juntamente com o FNDE, inova mais uma vez no PNLD, criando o PNLD de ensino de jovens e adultos (EJA), objetivando avaliar, adquirir e distribuir obras para todos os alunos do ensino fundamental do sistema educacional público e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Os livros seriam escolhidos em 2010 e chegariam às escolas para início do ano letivo de 2011.

No ano de 2011, através da Resolução Nº 40, de 26 de julho de 2011, o MEC cria o PNLD Campo, com a finalidade de oferecer livros didáticos do 1º ao 5º ano às escolas públicas com classes multisseriadas

ou turmas seriadas, com o objetivo de chegarem às escolas no ano letivo de 2013.

O PNLDEM de 2012 contempla a distribuição de livros de todas as disciplinas, acrescidos de línguas estrangeiras modernas (inglês e espanhol), sociologia e filosofia, antes não oferecidos. Os livros de língua estrangeira foram oferecidos, também, aos alunos de segundo segmento do ensino fundamental.

Desse modo, percebemos que as várias reformulações sofridas pelo PNLD trouxeram benefícios à educação brasileira, para um ensino de melhor qualidade através dos manuais didáticos, mas o Plano ainda necessita de outras mudanças. Assim, Batista e Rojo (2003, p. 41) afirmam que

O Programa precisa sofrer reformulações. Seja em razão da própria dinâmica do processo de avaliação, aquisição e distribuição de livros didáticos, seja em razão das alterações ocorridas, nos últimos anos, no contexto educacional brasileiro, o Programa pode hoje ampliar suas ambições, de modo a contribuir, de maneira ainda mais decisiva, para a qualidade da educação brasileira.

Vimos, portanto, que o PNLD ainda necessita de sofrer modificações para que a utilização dos livros didáticos em sala de aula seja realizada de forma mais construtiva, levando o aluno a uma melhor aprendizagem. Percebemos, também, que o Programa leva a uma cristalização de um modelo de manual didático, seguindo, geralmente, as mesmas abordagens de organização e sequências de atividades.

#### **4. *Algumas considerações sobre o livro didático de língua portuguesa***

Em uma sociedade em que os recursos tecnológicos sofrem cada vez mais inovações e estão mais acessíveis às pessoas, o livro didático faz-se ainda muito presente e, muitas vezes, o mais importante na práxis pedagógica da sala de aula. Esse recurso pedagógico é tido ainda como o grande referencial por professores e alunos, o que acaba por levá-lo a adquirir tal relevância.

Segundo Silva (2011, p. 47),

O papel do livro didático na prática docente está voltado ao apoio à transmissão de conhecimentos, às tarefas realizadas em sala de aula, bem como ao reforço de informações que o aluno precisa, no momento em que está executando essas tarefas fora do ambiente escolar, principalmente em casa. No entanto, como afirma Perrenoud, tal objeto de ensino pode ser considerado

também um entrave à prática docente, sobretudo quando a sua escolha não atende às especificidades da escola em que é utilizado.

Desse modo, o material pedagógico pode, também, ser visto como uma tarefa árdua para o professor, uma vez que a abordagem feita pelo manual didático pode não ser compatível com a realidade de uma dada comunidade escolar. Assim, o docente pode não saber lidar com a situação ou, como ocorre na maioria das vezes, não ter formação acadêmica para solucionar estas ocorrências.

A grande maioria dos docentes, muitas vezes, chega à sala de aula sem uma visão prática do que trabalhará, pois, em sua formação, só teve a parte teórica. Com isso, não sabe como agir frente à grande diversidade cultural que encontra em sua sala de aula.

De acordo com Luquetti e Moura (2010, p. 159), “a maior parte dos educadores ainda não concebe a diversidade e a diferença linguística; conseqüentemente, não possui a capacidade de análise para transformar a sua prática pedagógica”.

O livro didático funciona como uma fonte prática para o professor preparar suas aulas, pois, muitas vezes, não há tempo disponível para organizá-las devido a sua extensa carga horária de trabalho docente. Com este recurso pedagógico, fica fácil seguir uma sequência, um roteiro de trabalho na sala de aula, o que facilita muito a prática docente. No entanto, muitas vezes, o docente acaba também por perder sua voz, ficando subordinado aos manuais didáticos, pois não produz outros materiais adequados e favoráveis ao ensino de seus alunos.

Sabe-se também que o livro didático não é um material completo. Cabe ao professor fazer as adaptações necessárias em seu trabalho na sala de aula e mostrar a seus alunos que nem tudo o que se é abordado neste manual deve ser entendido como fonte de legitimidade. Assim, o educador ajudará sua clientela a ter uma visão crítica sobre o que lhe é imposto através dos livros didáticos.

Ao professor compete, também, adequar as abordagens feitas pelo livro didático, que muitas vezes se distanciam da realidade de sua sala de aula, a fim de realizar um trabalho complementar no processo da aprendizagem, para promover uma reflexão crítica em seus alunos.

De acordo com Duarte e Rossi de Deo (2004, p. 03),

faz-se necessário uma análise crítica, sob o aspecto do papel do professor, que pode e deve fazer as alterações necessárias no livro, de modo a tornar os as-

suntos úteis e relevantes para a vida do aluno, despertando assim o seu interesse pelo aprendizado. Para isso, o professor deve ter ciência da necessidade de incluir em sua rotina diária de trabalho momentos para a reflexão e questionamento sobre suas ações para poder reconstruí-las. Com isso, ele deixará de ser um mero transmissor de conteúdo e tornar-se-á um profissional envolvido e crítico.

Assim, a formação docente muito refletirá na prática pedagógica do professor, pois este terá uma visão mais crítica de como explorar os conteúdos e atividades propostos pelo livro didático, de como levar o aluno à reflexão, não sendo preconceituoso com as diversas realidades encontradas no ambiente escolar. Portanto, deixará de ser um mero transmissor de conhecimento e passará, também, a ser mais crítico e reflexivo.

Luquetti e Moura (2010, p. 161) corroboram que

Aliada à elaboração de políticas públicas e educacionais que promovam uma orientação despreconceituosa da formação do professor, faz-se necessário um amplo movimento, cujo horizonte leve à revisão de currículos e materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, principalmente dos livros didáticos, propondo um redimensionamento da constituição social, sempre levando questões públicas à apreciação da comunidade escolar. Além disso, é imprescindível o estabelecimento de diretrizes para uma sólida formação profissional da educação, tendo como enfoque, dentre outras questões, as abordagens referentes à pluralidade cultural.

Desse modo, o professor, principalmente o de língua portuguesa, deve ter em mente que poderá encontrar no livro didático abordagens que pouco ou nada têm a ver com a realidade de seus educandos. Portanto, caberá a ele adequar as atividades de forma que não causem discriminação em seus alunos, adequando a linguagem, as atividades e mostrando aos educandos que existem diversas maneiras de se explorar um dado conteúdo.

Assim, não há regras ou receitas pedagógicas para se seguir na prática docente, visto que cada sala de aula apresenta uma realidade diferenciada, cabendo ao professor ter a sensibilidade de perceber as pluralidades culturais encontradas no espaço escolar e adequar o uso do manual didático a esta realidade.

Desta forma, Batista e Rojo (2003, p. 44) afirmam:

Para que sua utilização se concretize nas escolas, reforçando o vínculo dos conteúdos com as práticas sociais e atendendo às novas demandas das escolas, é necessário que o livro didático seja um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua

compreensão da realidade e instigá-lo a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. Isso significa colocar o livro didático como subsídio da escola para a consecução do objetivo de promover o exercício da cidadania, vale dizer, a serviço da sua proposta pedagógica que é, em última instância, o projeto coletivo necessário à constituição da identidade da unidade escolar.

Por isso, a formação linguística que o professor adquire em sua trajetória acadêmica torna-se tão importante, uma vez que adquirirá embasamento de como trabalhar com as diversidades linguísticas, e o entendimento de que não deve valorizar uma linguagem em detrimento da outra, que não existe língua melhor que a outra, mostrando que o que temos é uma diversidade cultural e linguística muito grande. Assim, os alunos, tendo sua cultura e linguagem valorizadas, poderão sentir-se mais à vontade e não serem vítimas do preconceito linguístico.

Ainda em consonância com Luquetti & Moura (2010, p. 162),

A questão linguística é, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes na formação do professor, pois são eles que interferem na relação do professor em sala de aula e na qualidade de assimilação do conhecimento que nela ocorre. É imprescindível que nos cursos de formação de professor se coloquem em debate essa questão. A linguagem é fundamental na atuação do professor que exerce um papel mediador na produção de conhecimentos. Além disso, a função social da escola é inquestionável. É nela que se dá e se amplia a competência comunicativa dos indivíduos, como meio de ascensão social e da necessidade de se apropriar da língua dita “cultura”, sem perder de vista as perspectivas político-ideológicas envolvidas.

O professor de língua materna precisa resgatar nos alunos o apreço por sua linguagem, sempre respeitando a maneira de eles se comunicarem e mostrando que, em determinadas situações linguísticas, é necessário possuir o domínio da norma culta para se manifestarem, mas que nem por isso a deles é menos ou mais importante. Logo, o docente poderá trabalhar com atividades realizadas por meio da própria fala dos alunos e, a partir daí, focar as variedades linguísticas existentes.

Para Luquetti & Moura (2010, p. 163),

O professor respeitando as manifestações linguísticas e culturais de seus educandos permitirá a eles conhecer os vários usos de sua língua, como também desenvolver o senso crítico sobre eles. Se é por meio da linguagem que nos constituímos – ponto de contato entre linguística e filosofia –, então, desconsiderar os possíveis usos da linguagem é negar o próprio “eu”.

Assim, vimos o livro didático como uma proposta de trabalho em sala de aula, não sendo o único e nem o mais importante recurso pedagógico, e que seu uso adequado caberá à forma pela qual o professor explo-

rará suas abordagens e adequará à realidade de seus discentes.

### **5. O livro didático de língua portuguesa: ontem e hoje**

No que se refere ao ensino de língua portuguesa no Brasil, os materiais didáticos passaram por várias modificações ao longo do tempo. Segundo Fregonezi (1997), antes dos anos quarenta, em nosso país, existiam dois tipos desses materiais: uma antologia e uma gramática. Para o autor (1997, p. 128), “a antologia resumia-se numa coletânea de textos. Sem indicações metodológicas ou preparação de exercícios. A gramática era especialmente elaborada para o uso de alunos desse nível de escolaridade”. Assim, percebemos que mesmo nessa época o ensino de gramática era realizado de forma descontextualizada.

Os livros didáticos de língua portuguesa surgem como são hoje a partir do crescimento da rede escolar, o que, conseqüentemente, levou ao aumento do número de professores. Com essa demanda de docentes, os cursos de letras começaram a ser criados sem maiores exigências, o que implicou na má qualificação dos profissionais na área de língua portuguesa. Desse modo, ao chegarem à sala de aula, os docentes viam no livro didático a solução para seus problemas. Ainda em de acordo com Fregonezi (*Idem*, p. 129),

Para solucionar o problema aparecem os livros didáticos com tudo já preparado: textos selecionados com exercícios; atividades de redação já sugeridas; conteúdos e desenvolvimento na parte gramatical já sequenciados. Basta seguir o livro didático. Nesse contexto, o livro não é visto como um material à disposição do professor, mas sim como uma verdadeira “tábua da salvação”.

Nessa época, privilegiava-se o ensino da norma culta, baseado nos preceitos da gramática normativa, ou seja, ensinar língua significava aprender a teoria gramatical. Porém, percebemos que alguns professores ainda concebem o livro didático como uma forma de “salvação” para suas aulas de língua materna, pois não enfrentarão questionamentos ou, se enfrentarem, terão as respostas “corretas” contidas no manual do professor, não necessitando de uma reflexão sobre os fenômenos linguísticos.

Um enfrentamento encontrado na educação brasileira atual, e antigamente, é a “obrigatoriedade” – cobrada por pais, professores, governos ou alunos – em se utilizar o livro didático por completo, uma vez que se investe dinheiro em sua aquisição, seja dinheiro público ou de quem o adquire. Percebe-se, então, “que o livro tem que ser utilizado na totalidade pelos professores. Caso contrário, há a cobrança dos pais e dos ele-

mentos ligados ao organismo escolar: supervisores, orientadores, diretores” (FREGONEZI, 1997, p. 131). Ou seja, a cobrança em se utilizar o livro didático por completo é fato que os agentes envolvidos no processo educacional consideram de suma importância, pois prevalece a cultura de que esse material didático é o que legitima o processo da aprendizagem, já que o têm como completo e detentor do conhecimento.

Para Batista (1999; p. 531),

Os livros didáticos são a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros e que essa utilização intensiva ocorre quanto mais as populações escolares (docentes e discentes) têm menor acesso a bens econômicos e culturais. Os livros didáticos parecem ser, assim, para parte significativa da população brasileira, o principal impresso em torno do qual sua escolarização e letramento são organizados e constituídos.

Apesar de sabermos que o livro didático não é a única fonte para se realizar o trabalho com língua materna, muitos educadores buscam nele métodos eficazes para conduzirem e alcancarem uma aprendizagem considerada por eles como mais “produtiva”.

O uso do livro didático na escola é fato que se faz presente ao longo da história da educação e, inclusive, para muitas pessoas, o sucesso escolar não ocorre sem esse instrumento de apoio.

O manual didático conta com dois leitores específicos, que são o professor e o aluno, sendo que aquele tem o direito de escolhê-lo, de encontrar respostas para as necessidades específicas do educando, enquanto este, apesar de ser visto como leitor alvo, não tem direito de escolha e sim de usá-lo de forma impositiva.

De acordo com Silva (2009, p. 112), “no currículo, o livro didático assume papel de principal controlador: orienta os conteúdos a serem ministrados, a sequência deles, as atividades de aprendizagem, a avaliação do desempenho dos alunos”. Assim, ele passa a ser a principal fonte de transmissão do conhecimento.

O livro didático não pode ser considerado como única ferramenta a ser utilizada no processo ensino-aprendizagem. Cabe ao professor ter a consciência de que ele é apenas um suporte pedagógico e não um manual completo e diversificado.

Segundo Silva (2009, p. 113),

A importância do livro didático não está apenas no papel que ele exerce no processo ensino-aprendizagem, mas, também, pela função política e ideológica.

lógica que cumpre como ferramenta do sistema educacional, o qual, como diria Bourdieu, tem, além de suas funções específicas, as de operar como um aparelho ideológico do estado, no caso o Estado brasileiro, tendo em vista a atuação deste em relação ao livro didático.

Verificamos que as mudanças que fortalecem o livro didático, no entanto, ainda são objeto de controvérsias. As diversas leituras que ele provoca revelam a complexidade de sua natureza e, conseqüentemente, a possibilidade de ser usado para muitos fins. Mas a ideia de que se resume apenas a um poderoso e eficiente instrumento pedagógico, utilizado por grupos sociais hegemônicos que, por intermédio dele, perpetuam seus valores, sua ideologia, sua cultura, pode ser considerada uma meia-verdade.

Mesmo sabendo que se trata de um produto que obedece a regras de mercado e/ou do governo vigente, que o saber nele presente é o saber oficial imposto pelo poder, não se pode esquecer o uso que professores e alunos fazem desse instrumento. Esse material pedagógico pode, perfeitamente, servir como uma ferramenta de trabalho adequada às necessidades de um ensino crítico e autônomo. Assim, cabe ao professor sua escolha e, exclusivamente a ele, a escolha dos métodos de trabalho.

## **6. *Vantagens e desvantagens sobre o uso do livro didático***

Sabe-se que o livro didático ainda é o material mais utilizado pelo professor em sua prática pedagógica. Assim, como todo instrumento de trabalho, ele traz vantagens e desvantagens para o processo de ensino-aprendizagem, visto que caberá aos educadores saberem como se posicionar frente a este manual para que sua utilização seja realizada de maneira produtiva.

Para Souza (2011), o livro didático funciona como uma “arma” que os professores têm em suas mãos no processo da aprendizagem, cabendo a eles ter habilidade e bom senso para realizar um bom trabalho a partir desse material.

Uma das vantagens ao se utilizar o livro didático está em ele poder auxiliar os educandos ao estudarem fora do ambiente escolar, pois podem buscar nesse material a resposta para suas dúvidas. Outro fator favorável em relação aos manuais didáticos é que muitos deles trazem atividades de intertextualidade com outras obras, levando o aluno a ampliar sua bagagem cultural. Muitos dos livros didáticos trazem, também, em seu formato, recursos que podem aguçar a curiosidade dos alunos na abordagem de determinado conteúdo quando, por exemplo, trabalham

com temas que levam a pesquisas em laboratórios de informática, ou seja, contextualizam os ensinamentos e aproximam o educando de sua realidade extraescolar.

O uso do livro didático em sala de aula pode trazer benefícios ao professor, pois ele pode trocar ideias com outros colegas que utilizam o mesmo livro, a fim de fazer com que suas aulas tornem-se mais produtivas e dinâmicas.

Porém, os manuais didáticos também podem trazer desvantagens ao processo de ensino-aprendizagem. A começar que as abordagens realizadas no livro didático partem da visão de seu autor, o que traz, através de seu discurso, uma ideologia incorporada. Desse modo, os conteúdos são colocados, muitas vezes, como absolutos e não levam os educandos a refletirem sobre eles. Souza (2011, p. 27) ressalta que o livro didático é visto como “o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e dessa forma, fonte última (e às vezes, única) de referência”.

Ao se tratar do ensino de língua materna, o uso dos livros didáticos pode não ser tão eficaz, uma vez que esse material é produzido de forma a atender as classes de forma generalizada, podendo estar distante da realidade de muitos alunos e, dessa maneira, não alcançar suas expectativas. O trabalho com os fenômenos linguísticos é feito, também, de forma fragmentada/isolada, em que não se valoriza a língua como um todo integrado e em uso, priorizando sempre a língua culta.

O livro didático pode, na grande maioria das vezes, funcionar como fonte de legitimação do conhecimento, posto que grande parte dos educadores que o utilizam passam para seus alunos que tudo o que é abordado por esse recurso pedagógico é correto e está livre de erros, tornando-o assim como legítimo.

Dessa maneira, o livro didático pode inibir a criatividade de alguns docentes, pois muitos deles o veem como o único material a ser utilizado em suas aulas, fazendo com que elas sejam mais cansativas para os alunos e, conseqüentemente, menos produtivas. Assim, o manual didático passa a limitar as ações do professor e acaba por calar a sua voz no processo da aprendizagem (CORACINI, 2011).

Se os docentes não souberem como fazer o uso consciente desse material – sabendo que ele pode trazer abordagens muito distantes de sua clientela –, poderão tornar o processo da aprendizagem ineficaz, uma vez que o livro didático trabalhado pode estar muito distante da realidade cul-

tural e escolar de seus alunos e podem, também, perder sua voz em suas aulas e serem comandados pelo livro didático.

Embora as desvantagens apresentadas, o livro didático ainda permanece sendo o recurso pedagógico mais utilizado em sala de aula, por isso, cabe aos professores fazerem as adaptações necessárias para que seu uso seja realizado de forma eficaz, tornando o processo da aprendizagem mais produtivo.

Cabe também salientar que não existe um material completo e que nenhum livro didático atenderá as necessidades de todas as classes. O manual didático é apenas uma sugestão de trabalho e não uma receita a ser seguida. Desse modo, cabe ao professor saber o momento certo de utilizá-lo, fazendo dele um material complementar de suas aulas e não o mais importante ou o único.

## **7. Considerações finais**

Diante de toda a abordagem realizada, percebemos que as políticas que englobam o livro didático já passaram por várias mudanças, mas ainda precisam de algumas modificações para que este material fique mais bem elaborado. No entanto, não adianta passar por todas as modificações julgadas necessárias se o educador não tiver a consciência quanto à utilização deste material em sala de aula.

Assim, verificamos que as políticas educacionais ligadas aos manuais didáticos estão intimamente relacionadas com uma percepção crítica do educador quanto ao seu trabalho em sala de aula.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; ROJO, Roxane (Org.). *Livro didático de língua portuguesa: letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Um objeto variável e instável: textos impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.006*, de 30 de dezembro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1->

[pe.html](#)>. Acesso em: 17-09-2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 68.728, de 08 de junho de 1971. MEC/FENAME: PLI-DEF – Programa do Livro Didático, Brasília, 1980. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas%5CLEis1971v4.pdf>>. Acesso em: 17-09-2012.

\_\_\_\_\_. *Guia de livros didáticos*: PNLD EJA. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2010.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 40*, de 24/8/2004. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/369](http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/369)>. Acesso em: 22-10-2012.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 40* de 26 de julho de 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13219&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13219&Itemid)>. Acesso em: 22-10-2012

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2007. Disponível em: <[http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968930-ARQ/968930\\_5.PDF](http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968930-ARQ/968930_5.PDF)>. Acesso em: 25-07-2012.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

DUARTE, Luiza Maria; ROSSI DE DEO, Aldisnéia Santos. *Análise de livro didático*: as diversas abordagens e métodos aplicados ao ensino de língua estrangeira. 2004. Disponível em: <[http://www.unibero.edu.br/download/revistaelectronica/Set04\\_Artigos/An%Elise%20de%20Livro%20Did%Etico%20-%20TI.pdf](http://www.unibero.edu.br/download/revistaelectronica/Set04_Artigos/An%Elise%20de%20Livro%20Did%Etico%20-%20TI.pdf)>. Acesso em: 21-06-2012.

FREGONEZI, Emílio Durvali. Livro didático de língua portuguesa: liberdade ou opressão? In: GREDOLIN, M. R. V; LEONEL, M. C. M. (Orgs.). *O que quer o que pode esta língua?* Brasil/Portugal: o ensino de língua portuguesa e de suas literaturas. São Paulo. Cursos de Pós-Graduação em Letras, FCL, UNESP-Ar, 1997, p. 127-145

FREITAG, Bárbara et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP/REDC, 1987.

LUQUETTI, Eliana Crispim França; MOURA, Sérgio Arruda de. *Políticas linguísticas na escola: a conscientização linguística na formação do professor*. In: ANDRADE, Marcelo; AZEVEDO Leny; PEIXOTO, Maria Cristina (Orgs.). *Formação de professores: percursos investigativos no cotidiano escolar*. Montes Claros: Unimontes, 2010.

SILVA, Célia Maria Medeiros Barbosa da. *A aula de português no ensino médio: o ensino que se deseja, o ensino que se faz*. Curitiba: Appris, 2011.

SILVA, Edissa Fragoso da. *Leitura do texto literário museificado no manual de língua portuguesa*. 2009. Dissertação (de Mestrado). – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes – RJ.

SOUZA, Deusa Maria de. Livro didático: arma pedagógica? In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011, p. 93-103.